

CUMPLI- DADE & SEDIÇÃO

*EDIÇÃO ÚNICA FRENTE
AO JULGAMENTO DE
MÓNICA CABALLERO
E FRANCISCO SOLAR/
JULHO 2023*

- * PALAVRAS PRÉVIAS/ 3
- * CASO BOMBAS (2010): A ARREMETIDA DO ESTADO CONTRA OS ENTORNOS ANÁRQUICOS/ 4
- * ESPANHA (2013): BASTA UM AMO NO CÉU PARA QUE EXISTAM MIL NA TERRA/ 9
- * ARREMETENDO CONTRA OS PODEROSOS E REPRESSORES/ 14
- * GOLPEANDO O BAIRRO DOS RICOS/ 20
- * FRENTE À JUSTIÇA/ 25
- * ASSUMINDO A RESPONSABILIDADE/ 28
- * O CÁRCERE NÃO É O FIM DE NADA/ 30
- * FALANDO NOVAMENTE DE SOLIDARIEDADE/ 33
- * SOBRE A NECESSIDADE E VIGÊNCIA DE UMA PRÁXIS INSURRECIONALISTA ANÁRQUICA/ 37

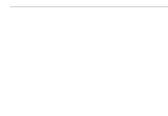
*este material informativo realizado em
solidariedade axs companheirxs mónica
caballero e francisco solar tem por objetivo
difundir a situação do processo e ao
mesmo tempo alimentar o debate e as
práticas insurrecionais anárquicas.*

*quem esquece dxs presxs,
esquece da própria luta!*

*morte ao estado,
que viva a anarquia!*

distribuição gratuita

inverno de 23.



PALAVRAS PRÉVIAS

No dia 18 de julho de 2023 começou o julgamento contra Mónica e Francisco, acusadxs de diferentes ataques explosivos. Os poderosos pedem décadas e décadas de prisão contra xs companheirxs. Na busca por resgatar e compilar o caminho que hoje leva ambxs a se encontrarem novamente no banco dxs acusadxs é que demos forma ao material que você tem em mãos.

Através da publicação deste número único de “Cumplicidade e Sedição” retratamos os diferentes processos que ocorreram durante mais de 10 anos contra xs companheirxs Mónica e Francisco, situando-xs no contexto mais amplo de desenvolvimento do ambiente anárquico, do avanço da guerra social, do confronto com o poder e da repressão estatal. O processo do Caso Bombas em 2010, as detenções na Espanha em 2013, a recente investida repressiva em 2020 e o ato de Francisco assumir a responsabilidade pelos ataques explosivos são fatos narrados não como simples notícias, mas como acontecimentos marcados enquanto momentos e episódios de conflito contra o poder, bem como parte do passado recente da luta anárquica.

Com este material pretendemos divulgar a situação de Mónica e Francisco, que enfrentam um dos julgamentos mais brutais contra anarquistas durante o último período no Chile, mas também um dos casos em que se assume a responsabilidade pelos ataques sob os quais são acusadxs. Procuramos incorporar as experiências passadas ao arsenal da luta atual, além de superar a frustração e a impotência geradas pelo sequestro de companheirxs e pelas penas altíssimas solicitadas, situação que só leva à vitimização estéril ou ao personalismo em relação à ampliação e multiplicação da luta anarquista. Fazemos um chamado à multiplicação de gestos e iniciativas descentralizadas em solidariedade com Mónica e Francisco.

Solidariedade com quem golpeia o poder e os poderosos!
Julho 2023.

CASO BOMBAS (2010): A ARREMETIDA DO ESTADO CONTRA OS ENTORNOS ANÁRQUICOS

Durante os primeiros anos de 2000 uma série de ataques explosivos contra distintas infraestruturas do Estado e do capital começavam a ocorrer cada vez com maior frequência. Instituições financeiras, delegacias, escritórios do Estado e Igrejas eram alguns dos locais onde começavam a estourar artefatos explosivos, os quais posteriormente eram reivindicados por diferentes grupos, principalmente de carácter anarquista. A frequência e ousadia das ações foram se incrementando e, com isso, a dedicação estatal e policial em resolver a quase centena delas. A guerra social começava um novo ciclo com uma série de ataques abertamente antiautoritários. Chegou-se a contar mais de cem em um par de anos.

Sob esse contexto, uma potente bomba¹ consegue explodir a quadras do domicílio do então presidente Sebastián Piñera em 2010. A audácia insurrecta foi respondida com força por Rodrigo Hinzpeter, Ministro do Interior e principal cabeça da repressão, dedicando-se a reorganizar a estrutura dos perseguidores contra a ofensiva antagonista. A partir daí, todos os casos envolvendo ataques explosivos ou incendiários começaram a ser analisados de modo exclusivo pela Promotoria Sul, na época comandada pelo promotor Alejandro Peña, suposto *expert* em desarticular grandes facções de narcotraficantes. Peña se caracterizava como alguém capaz conseguir condenações por associação ilícita sem encontrar sequer um grama de droga. Nesse caso, com delirantes ares triunfalistas, se autodefiniu como “o czar da pólvora negra” e prometeu resultados em tempo recorde.

1 Em 13 de junho de 2010, o “Comando Insurreccional Andrés Soto Pantoja” atacou uma agência do Banco Estado na Avenida Las Condes nº 11550 com um poderoso explosivo industrial.

Alejandro Peña reorganizou e reciclou distintos casos e fatos do movimento anárquico, incorporando o depoimento de um delirante colaborador². O célebre promotor e sua equipe construíram em tempo recorde a trama suficiente para conseguir as ordens de prisão e, assim, dar o que parecia ser o golpe final e definitivo, batizando-o de Operação Salamandra.

Em 14 de agosto de 2010, vários domicílios particulares e centros sociais okupados foram invadidos pela polícia investigativa, que conseguiu deter 14 pessoas enquanto duas se mantiveram fúgitivas. A acusação? Segundo relatos da Promotoria Sul, os *bombazos* teriam sido protagonizados por uma Associação Ilícita Terrorista, composta por dois líderes, ex-lautarinos³, uma seção de financiamento internacional, um braço operativo e alguns centros de poder localizados nas okupas, que teriam como fachada serem bibliotecas⁴. O grupo teria realizado 29 ataques explosivos.

-
- 2 Gustavo Fuentes Aliaga, próximo a ambientes anárquicos, é preso após esfaquear sua ex-companheira. Buscando ser indiciado por outros motivos, ele passa a colaborar com a polícia declarando sua suposta participação em ataques explosivos, além de apontar várias pessoas que pensava que poderiam estar envolvidas.
 - 3 A principal tese policial baseava-se na suposta liderança ser exercida por antigos membros do Mapu-Lautaro, um grupo de guerrilha urbana marxista-leninista que operou nas décadas de 1980 e 1990.
 - 4 O promotor Héctor Barros, com suas habilidades mitomaníacas, gaguejou à imprensa: “apontaram que as okupas eram para ser bibliotecas e o dinheiro que possuíam era para financiá-las. Mas nessas habitações não existiam tais bibliotecas, nem livros. Havia, por exemplo, cartazes. Para mim é importante, porque posso dizer ao juiz que a teoria do caso é que aqui funciona uma biblioteca, mas acontece que não apreendemos livros, apreendemos isto”. (*Promotoria Sul vai reclamar contra juiz do Caso Bombas e avisa: ‘todos os grupos terroristas se defendem com o argumento de montagem’*, La Segunda, sexta-feira, 6 de maio de 2011).

O esquema era uma cópia grosseira e adaptada do Caso Marini⁵ na Itália. Sob a acusação da lei antiterrorista e amparado por um punhado de testemunhas sem rosto, consegue a prisão de 8 companheirxs, levadxs para a prisão de segurança máxima e 2 para o Centro de Orientação Feminino. A promotoria solicita penas que vão de 20 anos até prisão perpétua.

O golpe foi direto contra distintos entornos de luta anárquica que começavam a se fortalecer no início de 2000. Muitxs dxs companheirxs processadxs nem se quer se conheciam entre si, se tratava de uma mescla de diferentes acontecimentos⁶ e espaços de luta. Obviamente a associação ilícita não existia, muito menos um grupo hierárquico ou relações de mando e obediência. Os centros sociais okupados não eram fachadas de uma máfia, mas espaços reais de autoformação e difusão da luta que respaldavam e incentivavam publicamente cada ataque violento contra o poder. A solidariedade internacionalista não era financiamento do terrorismo.

Dentro da prisão xs companheirxs produziram uma série de comunicados, escritos, desenhos e contos rechaçando as acusações, mas reafirmando suas posições políticas. Após alguns meses na prisão e uma série de mobilizações que incluíram uma extensa greve de fome⁷ que ocupou a agenda dos veículos de comunicação, permitindo abrir as portas para que todxs acessas-

5 O promotor Antonio Marini em 1996 abre um enorme processo judicial contra mais de 60 anarquistas na Itália. O chamado “Processo Marini” baseava-se na alegada existência de uma “oposição subversiva” de carácter visível e aparentemente legal e ao mesmo tempo ilegal e clandestina. O processo foi um duro golpe para o anarquismo italiano e significou uma novidade em termos de malabarismo judicial e antiterrorista, estabelecendo um precedente para futuros ataques repressivos.

6 Isso foi desde a morte em combate do anarquista Mauricio Morales; a prisão de uma companheira em solidariedade a Marcelo e Freddy, presos na Argentina pelo assalto a um banco no Chile; o ambiente das okupas apontado pelo delirante colaborador Gustavo Fuentes Aliaga até outros casos que não necessariamente tinham ligação entre si.

7 De fevereiro a abril de 2011, todxs xs presxs do Caso Bombas fizeram greve de fome dentro do presídio por mais de 65 dias.

sem a prisão domiciliar enquanto as acusações e provas apresentadas eram colocadas sob suspeita. A arremetida do Caso Bombas causou um dano profundo nos espaços e entornos do crescente movimento anárquico. Diversos deles foram despejados e outros decidiram fechar, do mesmo modo em que se ampliou a vigilância sobre distintos entornos, gerando todo um cancelamento de atividades públicas e certamente a propagação de um temor de ser incluídx em tal associação.

É no brotar da solidariedade onde distintas realidades começaram a se articular, da luta de rua, manifestações, fóruns e ataques, ocorrendo cada vez com mais intensidade. A solidariedade soube atacar interesses vinculados ao Estado chileno na Grécia, Itália, Espanha, Argentina, México e outros, além das contínuas manifestações e espaços informativos. Sem dúvida, a solidariedade no marco do Caso Bombas foi um degrau a mais na comunicação informal e na discussão anárquica ao redor do planeta.

Com o passar dos meses, o caso começa a cambalear. O perseguidor Alejandro Peña se retirou da promotoria e passou a trabalhar diretamente no governo, evidenciando as pressões governamentais para resolver os ataques em tempo recorde com prêmios aos seus fiéis sicários. Em pouco tempo o delito de Associação Ilícita Terrorista caiu por terra. Todxs xs acusadxs foram absolvidxs desse delito, ficando presx apenas quem possuía acusações particulares: colocação de artefatos e financiamento do terrorismo. Por fim, a promotoria decide levar a julgamento 2 companheirxs acusadxs de financiamento de terrorismo e 3 acusadxs por colocação de artefatos explosivos, incluindo Mónica e Francisco. Contra a companheira pesava a acusação do atentado incendiário à igreja Los Sacramentinos e contra o companheiro pairavam acusações de ataques a um escritório de Chilectra, à Agência Nacional de Inteligência e ao Conselho de Defesa do Estado.

O processo judicial voltou a chamar a atenção de distintos meios de imprensa, gerando novamente um amplo debate político em âmbito nacional. A promessa da promotoria assinalava que elxs eram xs verdadeirxs culpadx, portanto não economizaram em testemunhas e peritos no desenrolar

do julgamento, utilizando policiais da inteligência e equipes especializadas. Após 7 meses de audiências diárias, ficaram em evidência inúmeros vícios e artimanhas tanto da polícia quanto da promotoria ao montarem o caso. Assim, o processo terminou com a absolvição de todas as pessoas acusadas.

O colapso e a derrubada total do caso se transformou em um terremoto para o poder judicial e uma derrota ao orgulho dos perseguidores que, durante as detenções, apostavam que ganhariam e fanfarroneavam na imprensa. No fim, tiveram de pagar pelos custos de todo o processo.

Distintos partidos e personalidades políticas utilizaram o caso para golpear o governo de direita, enquanto que outros o utilizaram como trampolim de suas carreiras de profissionais do direito. A avaliação deste período tem sido um debate contínuo no interior dos entornos anárquicos, que pela primeira vez teve de enfrentar um grande golpe repressivo. Os vínculos internacionalistas, a manutenção de posições políticas irredutíveis, o conhecimento em primeira pessoa da repressão e a exposição midiática foram apenas algumas experiências que começaram a ser adquiridas, já que no passado a maioria da detenção de anarquistas tinha relação com manifestações de rua e processos “mais simples”. Mónica e Francisco viveram esse como seu primeiro processo repressivo, neste caso de modo coletivo.

“O ESTADO OPRIME EM TODOS OS SENTIDOS. MEDIANTE SUA FORÇA REPRESSIVA, SEU SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, E PRINCIPALMENTE POR SUA CUMPLICIDADE COM O CAPITAL, COM OS ESCRAVISTAS MODERNOS, QUE ENRIQUECEM E EXPLORAM O SER HUMANO E DESTROEM O MEIO AMBIENTE, COM SUA TOTAL APROVAÇÃO”.

(TAMAYO GAVILÁN)

ESPAÑA (2013): BASTA UM AMO NO CÉU PARA QUE EXISTEM MIL NA TERRA

A tradição católica no arcaico e rançoso reino de Espanha elevou a Virgem de Pilar ao posto de padroeira de diferentes órgãos repressivos, incluindo dos pistoleiros da Guarda Civil. Declarada rainha da *Hispanicidade*, a sua adoração nada mais é do que a adoração da brutalidade colonial e do massacre de todos os povos indígenas pela trágica invasão europeia. Templo dessa divindade, a Basílica de Pilar, na cidade de Zaragoza, foi continuamente visitada por Franco e palco de múltiplas homenagens à repressão e aos repressores. A passividade sepulcral daquele templo religioso permaneceu relativamente intacta nos últimos anos, até que em 2 de outubro de 2013, uma bomba artesanal composta de pólvora negra comprimida num cilindro de gás e acionada por um sistema de relógio foi depositada no interior do local em plena luz do dia. Uma série de telefonemas para a imprensa e instalações próximas alertaram sobre uma explosão iminente. Por volta das 13h, a detonação destruiu alguns bancos no interior do templo, além de lançar farpas em diversas direções e causar ferimentos leves a uma paroquiana.

Algum tempo depois, uma reivindicação explicitou as motivações e o significado do ataque. O “Comando Insurrecional Mateo Morral” assumiu a responsabilidade pela ação, o mesmo grupo que há algum tempo realizou um ataque frustrado à catedral de Almudena, em Madrid. Dessa vez o grupo anárquico afirmou após o golpe em Zaragoza: “Esta ação pretende alertar os presentes que estandartes fascistas como este não são e nunca serão lugares seguros”. Embora na Espanha o exercício da violência política anárquica seja um continuum há mais de um século, nos últimos anos a metodologia de ataques explosivos a partir de ambientes anárquicos tem sido bastante itinerante. Os recentes ataques contra igrejas inscrevem-se nesta dinâmica e tiveram um forte impacto mediático.

Não faltaram pessoas medrosas que rapidamente começaram a cuspir palavras na internet, tirando do ataque qualquer potencial revolucionário e até mesmo a própria veracidade da ação, apontando a existência de uma montagem ou para a polícia como suposta autora. “Não seria lógico atacar o próprio rei, como fez Morral? A prática de um ato como este pode ter consequências repressivas bastante importantes, porquê arriscar-se a fazer algo assim num lugar como aquele quando há inúmeros lugares que são muito mais representativos da capital, do Estado e da própria monarquia – já que se interessam tanto? (...) A redação do comunicado parece ser obra de um aluno do Ensino Secundário Obrigatório (...) Concluindo. Este é o trabalho de um verdadeiro grupo de idiotas, desmiolados e analfabetos, ou uma montagem de policial própria de um livro”.

O diretor da polícia nacional, Ignacio Cocidó, afirmou sobre os ataques: “O terrorismo anarquista foi implantado em nosso país e há riscos de que ataques como o da Basílica de Pilar possam se repetir. É uma prioridade para a Polícia”. Nas múltiplas investigações da polícia espanhola, é evidente a colaboração prestada pela repressão chilena. No início de novembro, a Agência Nacional de Inteligência entrega uma série de relatórios, indicando a viagem de Mónica e Francisco para a Espanha no final de 2012, além de enviar fotografias e perfis descritivos. O próprio diretor da ANI, Gonzalo Yuseff, viaja exclusivamente para discutir esta questão com as forças repressivas espanholas.

Em 13 de novembro de 2013, a polícia realizou uma série de operações, prendendo 5 companheirxs, incluindo Mónica e Francisco, acusadxs de pertencer a uma organização terrorista, bem como causar danos e ferimentos devido à colocação do artefato explosivo na Basílica de Pilar. Mónica e Francisco permanecem em prisão preventiva, enquanto as demais pessoas conseguem ser libertadas acusadas de “colaboração com organização terrorista”, crime que após algum tempo é retirado.

As detenções de Mónica e Francisco geraram forte impacto tanto na imprensa chilena como na própria política institucional, desencadeando

uma série de declarações e *disse-me disse* sobre o anterior Caso Bombas, chegando até mesmo a falarem em reabrir o processo anterior, já enterrado.

“A AUTORIDADE, PRINCÍPIO BÁSICO DA SOCIEDADE, EXERCE O SEU DOMÍNIO ATRAVÉS DE DIVERSAS INSTITUIÇÕES; A IGREJA É UMA DAS MAIS IMPORTANTES PELA SUA CUMPLICIDADE HISTÓRICA COM O ESTADO-CAPITAL, ENCARREGANDO-SE DE CIMENTAR E PERPETUAR O ATUAL ESTADO DE OPRESSÃO PATRIARCAL E HETERONORMATIVA”.

(COMANDO INSURRECIONAL MATEO MORRAL)

A polícia cria um organograma fantasioso misturando e vinculando artificialmente por um lado o Comando Insurrecional Mateo Morral – que realizou ataques explosivos contra templos religiosos na Espanha – e por outro a existência da FAI-FRI (Federação Anárquica Informal/Frente Revolucionária Internacional) – um chamado e organização informal a nível internacional para que cada grupo de ação se junte e colabore num debate, sem necessariamente se conhecerem. Por fim, a existência dos GAC (Grupos Anarquistas Coordenados), uma coordenação de diferentes grupos e ambientes anárquicos na Espanha, dedicados à agitação, realização de atividades, realização de campanhas, propaganda etc.

A trama policial indicou que o Comando Mateo Morral fazia parte dos GAC e que este, por sua vez, seria o braço ibérico da FAI/FRI. A verdade é que nem o Comando Mateo Morral era ligado à FAI/FRI, nem os GAC tinham qualquer relação com o Comando... e muito menos com a FAI/FRI.

Desde que foram viver em Barcelona, Mónica e Francisco participaram ativamente em diferentes espaços e iniciativas anárquicas, forjando redes

cativantes de companheirismo e amizade, manifestadas imediatamente após as detenções midiáticas e a dureza do regime prisional espanhol.

Xs companheirxs foram presxs sob o regime FIES (*Fichero Interno de Especial Seguimiento*) nível 3, ou seja, sob regime especial para todos xs presxs acusadx de participação em um grupo armado, de terrorismo ou de pertencer à ETA. Sob este regime eram transferidxs para diferentes prisões do país, aplicando-se a metodologia de dispersão e remoção, fazendo com que companheirxs solidárixs tivessem de viajar mais de 20 horas para poder visitá-lxs apenas alguns minutos por um locutório.

O regime incluía oito telefonemas de 5 minutos e duas cartas por semana, monitoradas e com restrições, além de uma visita de 40 minutos por meio de um locutório. Depois de mais de um ano de dispersão e transferência para diferentes presídios, xs companheirxs conseguiram ser transferidxs juntxs para a penitenciária de Villabona, estabelecendo visitas entre elxs com certa regularidade.

Da prisão e apesar de todas as restrições impostas, xs companheirxs conseguem expressar suas reflexões e participar em diversos debates e discussões do movimento anarquista internacional. Foi precisamente o texto “Diante da repressão...Nem tudo vale”, onde rejeitaram qualquer possibilidade de pedir indulto ao Rei, que gerou fortes debates, críticas e reflexões dentro do movimento anarquista na Espanha.

A solidariedade internacionalista expressou-se mais uma vez em gestos práticos em todo o mundo. Ataques, fóruns, incêndios e cartazes foram realizados em diferentes línguas e países, expressando a situação dxs companheirxs ao longo de centenas de km, mostrando a validade do internacionalismo anárquico no século XXI. Por sua vez, a repressão viu nestas detenções o cenário perfeito para lançar contínuas e sucessivas operações repressivas sob esse fantasioso esquema FAI/FRI-GAC-Comando Mateo Morral. Graças a esta equação, dezenas de companheirxs foram presxs e só após alguns meses conseguiram voltar às ruas. O objetivo de todas essas estratégias repressivas não era encontrar culpadx ou responsáveis por alguns dos ata-

ques, mas atingir os ambientes anárquicos mais combativos e ativos, usando como desculpa uma organização inexistente que misturava três situações completamente diferentes. Foi desta forma que a posse do livro “Contra a Democracia”, editado por GAC, tornou-se prova irrefutável para ditar diversas admissões à prisão preventiva.

Em março de 2016, o julgamento contra Mónica e Francisco começou numa sala blindada do Tribunal Nacional, tribunal especial para crimes de terrorismo. O poder exigia 44 anos de prisão contra cada umx. Num julgamento *express* de três dias, foram apresentadas provas e interrogadas testemunhas, mas foi o depoimento dxs companheirxs que mais chamou a atenção. Assumindo as suas posições políticas, mas rejeitando qualquer ligação ao atentado, ambxs enfrentaram com dignidade aquele circo judicial, encerrando as respetivas declarações gritando “Morte ao Estado e que viva a anarquia!”.

O Tribunal Nacional condenou-xs a 12 anos de prisão cada, 5 anos por lesões terroristas e 7 anos por danos com fins terroristas. Ambxs foram absolvidxs do “pertencimento a uma organização terrorista” e “conspiração”.

Em 2017, já com três anos de prisão, a pena foi reduzida para 4 anos e meio para cada, reclassificando os crimes de lesões e danos terroristas. É desta forma que, mediante um acordo entre os países e considerando que a sua pena é inferior a 6 anos, xs companheirxs conseguiram ser expulsxs para o território chileno. Em meio a uma gigantesca expectativa midiática no aeroporto, entre câmeras e microfones, Mónica e Francisco cheraram ao Chile em março de 2017. Apesar da perseguição contínua e da vigilância repressiva, integram-se sem muitos problemas nas diferentes facetas dos ambientes anárquicos sob o Estado chileno.

ARREMETENDO CONTRA OS PODEROSOS E REPRESSORES

No dia 24 de julho de 2019, duas encomendas específicas foram recebidas em uma agência dos Correios do Chile, o que se somou ao enorme número de remessas que a referida empresa movimenta diariamente. Esses dois pacotes conseguem percorrer a rota monótona de qualquer carregamento, sem levantar suspeitas. Algo muito diferente do que acontecerá no dia seguinte.

Às 12h45 de quinta-feira, 25 de julho, um pacote destinado ao Major Manuel Guzmán chegou à 54ª Delegacia de Huechuraba. Após o recebimento do pacote, os policiais entregam ao destinatário, que o leva ao seu escritório. Ao abri-lo, um forte clarão é acompanhado por um estrondo que sacode e estilhaça parte do local.

Um artefato feito de pólvora negra dentro do pacote detona, ferindo 8 policiais de diversas maneiras. Em poucos minutos, a delegacia fica lotada de ambulâncias, bombeiros e, pouco depois, de diversos veículos de imprensa. Em meio ao caos e aos helicópteros da polícia pousando nas ruas para transportar os feridos, o governo procura dar uma rápida demonstração de força. O próprio presidente Sebastián Piñera vai ao hospital, mas antes de entrar recebe uma chamada sobre a existência de um segundo pacote explosivo, desta vez dirigido ao seu ex-ministro do Interior, Rodrigo Hinzpeter. Durante o primeiro mandato de Piñera (2010-2014), Hinzpeter destacou-se como o homem duro do governo, lançando uma série de medidas repressivas e ganhando o ódio generalizado de grande parte da população.

Piñera, junto com seu então Ministro do Interior, Andrés Chadwick, permaneceu no carro coletando informações sobre este iminente segundo ataque. Do lado de fora do hospital, jornalistas que aguardavam a chegada do presidente começaram a se aglomerar. Durante minutos, ninguém conse-

guiu entrar em contato com Hinzpeter ou saber certamente onde estava o pacote. Ele tinha aberto? Teria levado para o seu carro? Levado para casa?

Às 10h30 do mesmo dia, um pacote conseguiu entrar em um exclusivo edifício do bairro de Las Condes. Depois de passar pelo *raio-x* e pelos sucessivos controles de segurança, é levado ao 16º andar onde estão localizados os escritórios da gigante empresarial Quiñenco. Depois uma breve recepção, o pacote é deixado na mesa do próprio Hinzpeter, que após uma agitada manhã de trabalho simplesmente não teve tempo de abri-lo.

Há poucos dias ele havia chegado da Europa e naquele dia mantinha reuniões com Francisco Pérez Mackenna, gerente-geral da Quiñenco, Óscar Hasbún, gerente-geral da Compañía Sudamericana de Vapores, além de outros grandes empresários, enquanto permaneceu alguns metros de distância. Hinzpeter comentou: “Na verdade, em algum momento pensei em abri-lo, mas por alguma circunstância fortuita e providencial me distraí e esqueci de fazê-lo”. Já era hora do almoço e Hinzpeter decidiu abrir a correspondência depois de comer, então desligou o celular e desceu para um restaurante.

Os diferentes representantes do governo esgotaram todas as instâncias para contatar o seu antigo colaborador; a missão contou com a Promotoria e a polícia, enquanto o GOPE se deslocou a toda velocidade para evacuar o edifício Quiñenco. Finalmente, a proximidade entre o poder político e o poder econômico fez o seu papel e, através de amigos em comum, conseguiu alertar Hinzpeter da existência de um pacote suspeito no seu escritório ligado à recente detonação na delegacia de polícia. O pessoal do GOPE conseguiu neutralizar o segundo artefato e depois levá-lo para seus escritórios para submetê-lo a uma análise rigorosa.

Em frente ao centro médico onde permaneciam os policiais feridos, Piñera e seus assessores respiraram um pouco mais aliviados ao confirmarem que Hinzpeter estava bem. Depois de visitar os policiais feridos, num dos impulsos que o caracterizam, o presidente realizou uma conferência improvisada de imprensa nas escadas do complexo. Lá, com o rosto ainda

chocado, relatou a existência de um segundo pacote destinado a uma pessoa física, sem revelar maiores informações.

A polícia e a Promotoria informaram através da imprensa que os dispositivos não eram semelhantes a nenhum usado em outro ataque no Chile e tinham um nível de complexidade, tecnologia e fabricação que os tornava estáveis e muito difíceis de detonar antes de serem abertos. Enquanto o da delegacia continha pólvora, o de Hinzpeter continha dinamite, um poderoso explosivo industrial.

Numa série de entrevistas, o ex-ministro do Interior refletiu sobre este ataque e sobre a série de ameaças que sofreu enquanto estava no comando da repressão: “Aqui o sentimento é muito mais horrível, porque, fazendo uma analogia... uma ameaça é como se alguém dissesse que vai atirar em você, enquanto que nesta situação é a sensação de que você levou um tiro; a bala saiu e, por algum acaso fortuito – um escorregão, por exemplo –, não me alcançou. Então é uma sensação humanamente muito mais comovente, chocante e incompreensível, muito mais difícil de digerir do que uma ameaça que diz ‘vou atirar em você’. Como eu disse, a pessoa aqui puxou o gatilho e estava pronta para me matar com uma bomba que, segundo relatos da imprensa, teria matado não só a mim, mas também a quem trabalha comigo.” Por sua vez, Joaquín Lavín, subprefeito de Las Condes e reconhecido *Opus Dei*, declara os motivos que frustraram o ataque: “Produto do acaso, da sorte ou – para nós que acreditamos em Deus – da providência”.

No dia seguinte, Piñera reuniu-se em seu refeitório privado com os mais altos representantes das forças repressivas, exigindo trabalhos urgentes e a formação de equipes especializadas para encontrar as pessoas responsáveis. Em poucas horas, ele foi à delegacia destruída para observar os danos no escritório e depois deu uma nova entrevista coletiva, enfatizando a necessidade de aprovar as reformas da lei antiterrorismo. Diante de jornalistas, o presidente já apontava a frase que o tornaria famoso durante a revolta, desta vez dirigida a possíveis autorxs do atentado: “Lembremos que temos um inimigo à nossa frente que não é apenas cruel e implacável mas também conhe-

ce os protocolos, ele se adéqua aos protocolos, por isso mais do que nunca diante deste inimigo poderoso e implacável temos que trabalhar juntos”.

Alguns dias depois, ambas as ações inseridas na chamada “Operação para a expansão das hostilidades contra os verdugos”, assinada por “Cúmplices Sediciosos/Fração pela Vingança”. No texto de reivindicação, criticam veementemente os ataques indiscriminados, afirmando: “Tomamos todas as medidas de segurança necessárias para que os artefatos explodissem apenas nas mãos das pessoas visadas pela nossa ação. Nossos inimigos são claros, não temos interesse nem buscamos prejudicar ou ferir ninguém. Mesmo quando sabemos que todos fazemos parte da operação do domínio, reconhecemos que existem graus de responsabilidade e os destinatários dos nossos artefatos explosivos têm um papel determinante tanto na gestão e acumulação de capital como no controle e repressão estatal”.

Justificam a escolha dos alvos, recordando o trabalho repressivo de Hinzpeter quando ele buscou atingir as comunidades Mapuche, os círculos anarquistas, as mobilizações estudantis, bem como o seu papel no esmagamento das revoltas de Freirina e Aysen. Sobre a 54ª delegacia é apontada a responsabilidade pelo assassinato da companheira anarquista Claudia López em setembro de 1998.

O texto inclui a polêmica que vem sendo desencadeada em outros países pelo uso de pacotes explosivos como método de ataque. Durante o combate ao FIES na Espanha, ocorreram diversos ataques com cartas-bomba, gerando uma intensa discussão a respeito. Mais próximo no tempo, a FAI-Infomal realizou uma série de envio de explosivos contra delegações diplomáticas que foram fortemente questionadas por outro grupo de ação na Grécia.

Desta vez “Cúmplices Sediciosos/Fração pela Vingança” relembra o fio condutor deste método, enquadrando na trajetória dos ataques que utilizaram pacotes explosivos feitos por anarquistas em 1920 nos EUA, circunscritos em torno da publicação *Cronaca Sovversiva* e Luigi Galeani.

O texto também relembra o pacote explosivo enviado em maio de 1928 por anarquistas à prisão onde Simón Radowitzky foi torturado, além dos ataques realizados pela Federação Anarquista Informal na Itália e pela Conspiração das Células de Fogo na Grécia durante a década de 90 e nos anos 2000. O texto termina marcando a sua ação numa linha específica do anarquismo e na forma de compreender o conflito:

“Respondemos através de uma ação violenta anárquica que faz parte e é uma contribuição para a nova guerrilha urbana (...) Nos afastamos das estruturas formais de combate para tomar em nossas mãos, unidxs na afinidade, o prazer do ataque”.

Após o ataque frustrado, a empresa Quiñenco decidiu contratar uma série de consultorias de inteligência e segurança, com destaque para a espanhola Alto Analytics. Assim que eclodiu a revolta de 2019, a empresa emitiu um relatório de mais de 100 páginas ao grupo Quiñenco com vigilância das redes sociais e preparação de teses que explicariam a força da revolta. Segundo o relatório *Big Data*, era possível assegurar a existência de interferência estrangeira no levante, além do destaque para *k-pop* coreano como fonte de inspiração na série de tumultos.

No início de dezembro de 2019, Hinzpeter constatou que naquele relatório havia dados que o governo deveria manejar para explicar e reprimir a revolta, principalmente sobre a suposta influência estrangeira. Após marcar uma reunião nos escritórios da Agência Nacional de Inteligência, o relatório foi fornecido aos serviços de inteligência, às forças armadas e ao pessoal do governo que se reuniram com Hinzpeter para discutir a revolta que assolava o Estado chileno.

Dias depois, Gonzalo Blumel, Ministro do Interior, salientou triunfantemente à imprensa que agora dispunha de “informações extraordinariamente sofisticadas” que entregaria ao Ministério Público para investigar o planejamento da revolta, como um plano estrangeiro para minar a institucionalidade chilena. A ideia era dar legitimidade às declarações e ações do governo, que mais uma vez enfrentou um “inimigo poderoso e implacável”, desta vez

representado pelas milhares de pessoas que ergueram barricadas e atacaram símbolos do Estado/capital em todo o país, supostamente comandado por forças subterrâneas estrangeiras.

O relatório Big Data foi mais uma prova da estreita ligação entre o mundo empresarial e o mundo político, e da necessidade de encontrar alguma explicação conspiratória para a revolta. Por sua vez, após o vazamento de seu conteúdo e as referências ao *k-pop* coreano se multiplicaram em tom sarcástico e de zombaria aberta daqueles que tentavam teorizar a raiva que começava a arder em cada canto. Quando o medo se apodera da classe dominante, ela simplesmente atira para todos os lados, e o *Relatório Big Data* foi a prova do que aconteceu na história.

“A SOCIEDADE POLICIAL E CARCERÁRIA É UMA REALIDADE. QUALQUER AÇÃO CONTRA ELA É COMPLETAMENTE VÁLIDA. QUALQUER DELEGACIA É UM ALVO VÁLIDO. SEUS UNIFORMES CONTINUAM TINGIDOS DE SANGUE RONDANDO CADA CANTO DA CIDADE, RESGUARDANDO NOSSOS INIMIGOS E UTILIZANDO DA INTIMIDAÇÃO CONTRA QUALQUER PESSOA QUE SAIA DESTE CAMPO MINADO DE PROIBIÇÕES EM QUE O MUNDO SE TRANSFORMOU. É JUSTAMENTE NAS DELEGACIAS ONDE OS VERDUGOS SOLTAM AS RÉDEAS DA ORGIA DE TORMENTOS E GOLPES CONTRA AS PESSOAS DETIDAS. OS VEMOS APARECER COM UMA BRAVATA ABSURDA OCUPANDO MILITARMENTE ESPAÇOS ATUAIS DE COMBATES, COMO SÃO OS LICEUS. JÁ O TENTAM EM ESPAÇOS DE CONFRONTO NAS CIDADES OU NAS RUAS, REFUGIANDO-SE NAS SUAS LEIS. MAS O DESEJO DE LIBERDADE TRANSBORDA COM FOGO QUALQUER OBEDIÊNCIA À AUTORIDADE E À SUA ORDEM”.

(CÚMPLICES SEDICIOSOS/FRAÇÃO PELA VINGANÇA)

GOLPEANDO O BAIRRO DOS RICOS

Em outubro de 2019, uma revolta sem precedentes nas últimas décadas abalou o Estado chileno. Dos protestos contra o aumento das tarifas do metrô, rapidamente se transformou em um questionamento geral da ordem e do sistema que simplesmente transbordou. Confrontos, ataques permanentes e simultâneos a símbolos do Estado e da Capital começaram a ocorrer dia após dia. As ruas e prédios pegaram fogo, enquanto o confronto com a polícia durou meses.

A classe política, em desespero, anunciou um “Acordo para a Paz” e tentou canalizar e institucionalizar o descontentamento propondo a criação de uma nova constituição como elemento apaziguador. A estratégia para desarmar a revolta não atingiu plenamente o seu objetivo. As ruas continuaram com manifestações e os motins aumentaram de intensidade apesar do verão e das férias. Os tradicionais eventos de verão foram substituídos por fogueiras e *capuchas*. Durante o mês de janeiro, 69 delegacias foram atacadas, em fevereiro o número chegou a 80 e finalmente em março a 79.

A chegada do dia 1º de março⁸ era aguardada com ansiedade. A volta às aulas e à atividade laboral tornou-se a oportunidade precisa para aguçar ainda mais a revolta e desfazer as promessas de retorno à normalidade. A energia destrutiva só foi interrompida com a chegada de uma pandemia global.

Nos últimos dias de fevereiro, o clássico evento de verão do Festival de Viña ameaçou ser suspenso após contínuos confrontos com a repressão, a destruição do Hotel O'Higgins e o incêndio de carros nas suas proximidades. Em Santiago, diversas manifestações de grupos de extrema-direita

8 Longe daqueles que apontam que a revolta foi travada em 14 de Novembro de 2019 pelo acordo de paz, houve uma continuidade e intensificação em março de 2020 com 79 delegacias atacadas, incêndio de carro lança-água e o assassinato de Cristian Valdebenito no coração de Santiago

começaram a percorrer os bairros ricos buscando defender com unhas e dentes a ordem em risco.

Na comuna de Vitacura, centenas de pessoas saíram às ruas para apoiar a polícia e as suas mutilações, defender a ordem e rejeitar qualquer expressão de revolta. É precisamente neste contexto que o Edifício Tánica, situado na referida comuna, recebe uma visita inesperada nos últimos dias de Fevereiro de 2020.

O Edifício Tánica, apresenta uma arquitetura totalmente inovadora e marcante, está localizado na Avenida Santa Maria, com mais de 12 mil metros quadrados, pátio, lagoa artificial e um investimento de mais de 100 milhões de dólares. O prédio está localizado a poucas quadras do jornal El Mercurio e da casa do ex-ministro do Interior Andres Chadwick. Foi construído por parte do conglomerado empresarial Transoceánica, da família Schiess, grupo fundado pelo patriarca Schiess quando fugia da Alemanha após a derrota na Segunda Guerra Mundial. O grupo empresarial se destacou por diversificar seus investimentos e incluir bancos, entretenimento e imobiliárias.⁹

Na manhã do dia 27 de fevereiro, um sujeito com casaco, mala, cachecol, óculos e chapéu conseguiu entrar sem problemas nesse edifício para se dirigir ao seu pátio interior. Em uma manobra rápida, ele deixa um objeto embaixo de um banco de concreto e depois vai até uma lixeira a poucos metros de distância. Não demora muito e ele sai do prédio sem nenhum problema. Às 10h, um telefonema surpreende o Café Kant, localizado no interior do prédio. Uma gravação alertava sobre a instalação de uma bomba. Quem atende a chamada toma como brincadeira – durante meses as ameaças à vizinhança dos ricos foram contínuas –, o clima continuou tenso e a

9 Controlam os hotéis Hanga Roa, Cottage de Uruguay e Alto Atacama, o Teatro del Lago e Agua Mineral Puyehue. Além disso, possui ações da Sudamericana de Vapores, Marinsa, Copec e Cencosud. Parceiro das escolas Kid-Zania, Antarctic Dream, Banco Internacional, cerveja Kross, Framberry, Oleotop, Puerto Muelles de Penco e Dunalastair, entre muitas outras.

pessoa atribuiu a ligação apenas a uma piada de mau gosto. Ao mesmo tempo, policiais e a Rádio Cooperativa teriam recebido ligações semelhantes.

Às 12h o circuito elétrico do relógio ligado a uma panela de pressão cheia de pólvora negra se inicia, produzindo uma enorme detonação sob o banco de concreto. Alertados pela situação, o pessoal de Tánica começa a avaliar o que está acontecendo, quando às 12h30 ocorre uma segunda detonação de um extintor cheio de pólvora negra localizado em uma lixeira.

Com a chegada de diversas equipes policiais especializadas, aparece a Promotoria Metropolitana Sul, que após análise das câmeras apenas aponta: “A pessoa aparece caracterizada, tentando evitar que seja facilmente identificada”. O subsecretário do Interior, Juan Francisco Galli, condenou os acontecimentos negando o óbvio: “Acho que não tem nada a ver com a crise”.

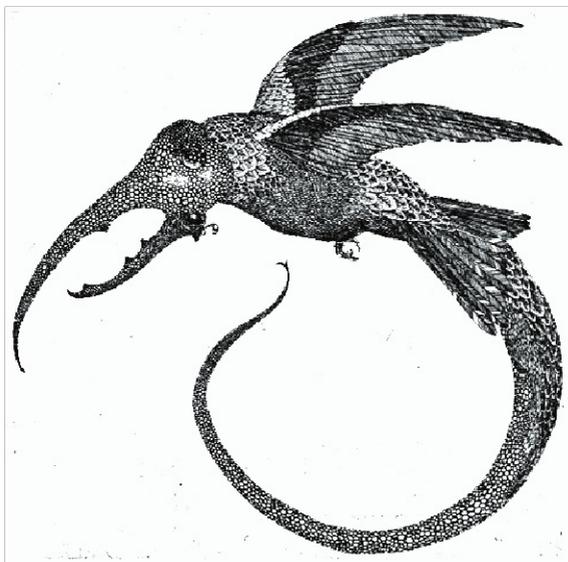
Em seguida, a reivindicação do ataque contrariou categoricamente o porta-voz do poder. “Afínidades Armadas em Revolta” assume a responsabilidade pelo ato, qualificando o ataque como uma “expansão da revolta” para então explicar o duplo ataque: “Ambos os dispositivos foram programados com meia hora de intervalo entre eles para que o primeiro abalasse a normalidade do bairro burguês e o segundo, com potência suficiente, explodisse num momento em que os covardes violadores do GOPE estivessem presentes no local, esperando que, pelo menos um deles, explodisse o mais próximo possível.”

O ataque não foi entendido como apoio à revolta, nem como exercício de profissionais externos ao conflito. O ataque foi entendido como parte da própria revolta: “Esta ação pretende intensificar a insurreição. É a continuidade daquela avalanche de ódio e vingança que atingiu os poderosos nas primeiras semanas da revolta e que procura abertamente incutir o medo entre aqueles que vivem à custa da miséria dos outros. A cumplicidade direta entre o grande capital e as organizações repressivas é outro aspecto do poder que se tornou evidente durante estes meses de revolta, onde os primeiros financiaram e apoiaram com infraestruturas que não detiveram xs revoltosxs, como os muros de concreto instalados na Alameda para proteger

o monumento e a igreja da tropa de estupradores uniformizados. Por sua vez, não é o resultado de uma análise meticulosa da proteção que os militares e a polícia têm proporcionado aos bairros burgueses. Proteção que hoje foi violada novamente. Vocês, empresários e repressores, sabem exatamente o que estamos dizendo. Em cada abraço nas suas ridículas marchas e procissões, nos escritórios e quartéis onde se planejam mutilações, assassinatos e violações, forja-se aquela aliança desastrosa que hoje procura desesperadamente apagar o fogo descontrolado da revolta. Este duplo ataque explosivo tem como alvo ambos os lados dessa cumplicidade podre; romper, mesmo que por um momento, a vida pacífica e confortável dos ricos e prejudicar os agentes da repressão com uma surpresa aniquiladora”.

O grupo destacou a sua intenção de ir para além da violência nas ruas: “achamos que podemos ir mais longe, multiplicando os ataques armados e seletivos contra os nossos inimigos, contra o poder em todas as suas formas, fazendo parte desta tempestade massiva e generalizada através da guerrilha urbana, preparando-nos na prática para enfrentar a intensificação da repressão.” Tal como aconteceu com os últimos ataques, não faltaram vozes que apontaram a possibilidade de uma montagem policial ou de uma armação para “justificar” a repressão ou “deslegitimar” a luta nas ruas. O grupo ressalta: “Para os estúpidos *opiniólogos* da guerra social que vão rotular esta ação como uma montagem, saibam que suas opiniões apenas reforçam o Estado ao invalidar e ignorar a potencialidade e o alcance da ofensiva da nova guerrilha urbana”.

Poucos dias depois, o Presidente Piñera convocou uma reunião de emergência frente o recente ataque, reunindo o Ministro do Interior, Gonzalo Blumel, e a Subsecretária de Prevenção ao Crime, Katherine Martorell. Nessa reunião também planejaram o arsenal repressivo para enfrentar o temido mês de março: novos veículos policiais, impunidade total de seus funcionários, alimentar a ilusão dos constituintes e de seus votos. Por fim, foi um acontecimento completamente inesperado que acabou contendo aquele vendaval que parecia imparável.



“PROCURAMOS CONTRIBUIR COM O CONFRONTO MULTIFACETADO COM O PODER. COM AQUELXS QUE FAZEM MOLOTOVS, PLANEJAM ATAQUES, PREPARAM BARRICADAS E BARREIRAS, CONSTROEM EXPLOSIVOS, VERIFICAM OS PRÓXIMOS ALVOS, GASTAM TEMPO E IMAGINAÇÃO PARA NOVOS ATAQUES CONTRA O DOMÍNIO. O APELO É AMPLIAR E QUALIFICAR O ALCANCE DAS NOSSAS INCURSÕES OFENSIVAS. VAMOS EXPANDIR NOSSOS LIMITES DE ATAQUE: SEMPRE PODEMOS BUSCAR MAIS”.

(AFINIDADES ARMADAS EM REVOLTA)

FRENTE À JUSTIÇA

Na manhã de 24 de julho de 2020, após um espetacular destacamento policial, Mónica Caballero e Francisco Solar foram presos em suas respectivas casas. Mais uma vez, xs companheirxs foram apontadxs pelo Estado como inimigxs. A mídia festejou a notícia e rapidamente começou a divulgar seus rostos indicando os motivos de sua prisão: Francisco é acusado de enviar pacotes explosivos contra o ex-ministro do Interior Rodrigo Hinzpeter e contra a 54ª Delegacia de Huechuraba (ação ocorrida em julho 24 de fevereiro de 2019, reivindicado por “Cúmplices Sediciosos/Fração pela Vingança”), enquanto ambxs são acusadxs do duplo ataque explosivo contra o Edifício Tánica na comuna de Vitacura (ação ocorrida em plena revolta, em 27 de fevereiro de 2020, reivindicado por “Afinidades Armadas em Revolta”).

Nesse mesmo dia ambxs foram formalizadxs por esses fatos no 11º Tribunal de Garantias de Santiago. Como era de se esperar, a investigação e a denúncia foram apresentadas pela Promotoria Sul (que se tornaram os perseguidores especializados de todos os ataques explosivos dos últimos anos na Região Metropolitana). Claudio Orellana apresentou-se como o promotor responsável a quem foi confiada a missão de fazer com que xs companheirxs pagassem com prisão por estes atentados explosivos e, incidentalmente, saldar uma conta pendente depois do constrangedor papel desempenhado por este mesmo procurador no Caso Bombas, quando todas as pessoas acusadas, incluindo Mónica e Francisco, foram absolvidas. Essa longa formalização (mais de 8 horas) foi transmitida ao vivo pela página do Judiciário e após uma cansativa e obsessiva argumentação de provas, o Juiz responsável concordou em conceder a prisão preventiva solicitada pela Promotoria, decretando 6 meses para a investigação do caso.

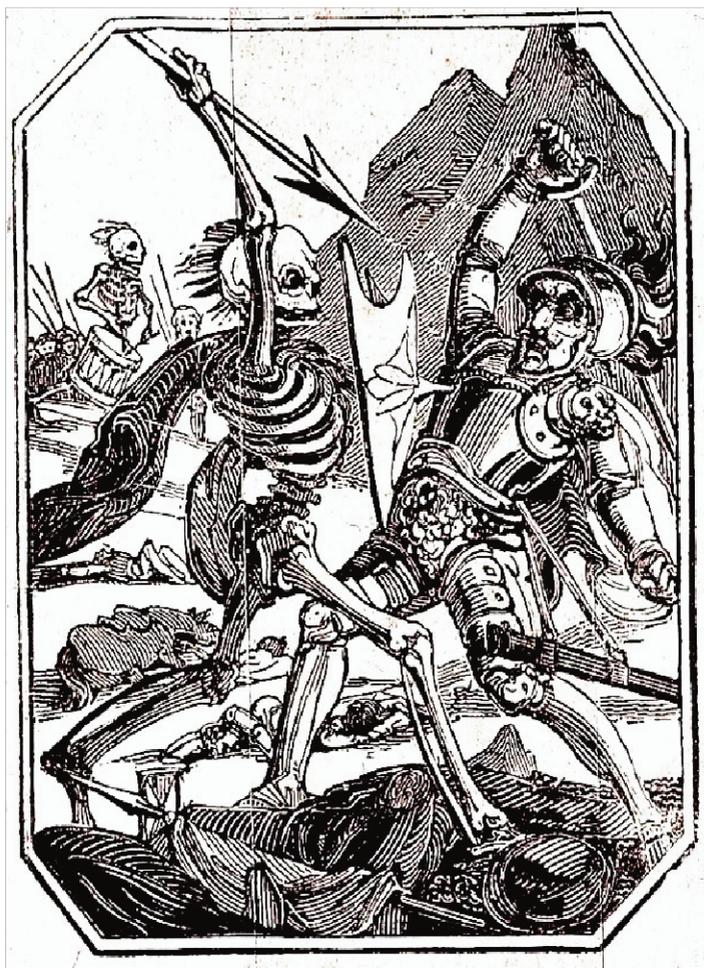
Nessa formalização também participaram equipes jurídicas representando Rodrigo Hinzpeter, Correios do Chile, Ministério do Interior, Edifício

Tánica, os municípios de Vitacura e El Bosque, bem como Carabineros de Chile enquanto acusações privadas. Sem dúvida, isso reflete a contundência que se procurou dar ao caso e à acusação, como uma vingança coletiva onde todos querem estar presentes. Todos os demandantes privados se submeteram aos requerimentos e acusações da Promotoria, exceto a acusação de Tánica e do Município de Vitacura que também recorreu à lei antiterrorismo. Dias depois, numa entrevista de rádio com o Promotor Orellana, foi perguntado por qual razão a lei antiterrorismo não tinha sido aplicada neste caso e ele respondeu de forma clara e sucinta que lhe era mais fácil condenar sob a lei de controle de armas, dado o seu peso. Afirmou também que buscava a condenação sob essa lei excepcional, pois juridicamente se tornava mais complexo provar a intenção terrorista dos fatos – o que reflete a estratégia atual utilizada pelos procuradores nestes casos.

Em 10 de agosto de 2022, mais de dois anos depois do início do processo e após uma série de prorrogações nos prazos de investigação, o caso foi arquivado, o que levou à acusação final em que a Promotoria pede 30 anos de prisão contra Mónica, acusando-a de dois crimes de colocação de artefatos explosivos. Contra Francisco, os perseguidores pedem 129 anos de prisão por dois envios de pacotes explosivos, 3 homicídios frustrados, ferimentos, roubo de identidade, danos, bem como duas colocações de artefatos explosivos.

Encerrada a investigação, em 14 de março de 2023 teve início a audiência de pré-julgamento, instância onde se discute principalmente a relevância das provas que serão apreciadas e inseridas no próprio processo. Embora se tenha considerado que esta etapa seria mais extensa, após uma semana foi encerrada, o que reflete a rigidez do tribunal encarregado dessas estimativas, considerando válidas praticamente todas as provas apresentadas pelo promotor Orellana. Deve-se notar que um dos pontos importantes discutidos foi a consideração do processo criminal na Espanha, onde ambxs foram condenadxs pela colocação de um dispositivo explosivo na Basílica de Pilar, em Zaragoza. Este fato foi inscrito como prova para discussão no julgamento, o

que constitui uma aberração jurídica, pois corresponde a uma jurisprudência diferente e não deve ser considerado como precedente para o presente julgamento. Em resumo, a acusação chegará ao julgamento com mais de 100 testemunhas, 50 peritos e mais de 400 provas documentais e de outros tipos. Após esta instância preparatória, a data de início do julgamento foi marcada para 19 de maio de 2023, mas com um pedido da defesa, foi possível remarcar para 18 de julho de 2023.



ASSUMINDO A RESPONSABILIDADE

Trechos da declaração jurídico-política de Francisco Solar à promotoria em dezembro de 2021, onde o companheiro assume a autoria dos ataques.

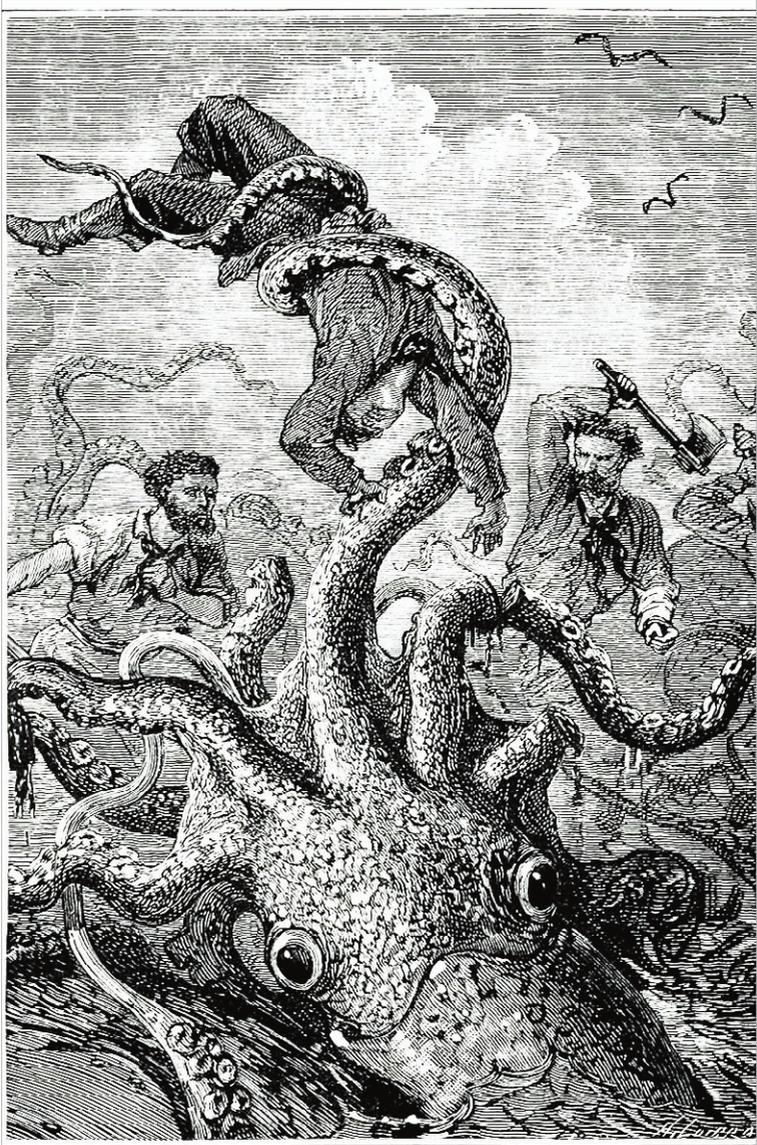
“Não deixei de pensar que a forma mais adequada de lutar contra um sistema avassalador baseado na autoridade e na predação é através de uma ação revolucionária violenta. Só a partir disso é possível alcançar momentos de desestabilização, que, mesmo passageiros, revelam a vulnerabilidade do poder”.

“Os ataques indiscriminados nunca fizeram parte da prática anarquista, nossos alvos estão claramente definidos e apontam aos responsáveis pela opressão e repressão”.

“A pretensão dessa ação, de dar uma resposta tanto às agressões dos Carabineiros quanto às de um ex-ministro do interior (lembrado por sua faceta repressiva e que hoje é gerente de um grupo econômico dono praticamente de todo o Chile), foi cumprida completamente”.

“Março se aproximava como um mês chave, onde podia ocorrer muitas coisas, entre elas inclusive a renúncia de Piñera. Foi nesse contexto que decidi contribuir com esta revolta com a colocação de dois artefatos explosivos”.

“Desde o início da revolta participei nas diversas mobilizações que aconteciam no dia a dia e pude ver a poucos metros de mim como jovens caíam ensanguentados por causa dos projéteis e do gás lacrimogêneo disparados por policiais. Foi por esta razão que a revolta identificou os Carabineros como um dos seus principais inimigos e, portanto, um ataque contra eles era essencial e completamente justificado”.



O CÁRCERE NÃO É O FIM DE NADA

Quando se decide seguir caminhos de enfrentamento ao existente, quando o anarquismo se materializa através de uma prática ofensiva contra o autoritarismo vigente, quando se assume que a violência revolucionária é uma resposta absolutamente necessária e legítima ao monopólio da violência exercido pelo Estado, a prisão, como instrumento punitivo que visa encarcerar e subjugar quem se levanta contra a ordem dos poderosos, é também uma realidade e uma possibilidade sempre latente.

De qualquer forma, deve-se procurar evitar golpes repressivos e prisões, mas da mesma forma deve se ter em mente que é sempre uma consequência possível. Sob esta lucidez, a prisão não deve ser necessariamente o fim trágico de um caminho de luta ou um parêntese que suspenda a vontade insurrecional. A prisão pode ser vivida a partir de um lugar refratário, pode ser percorrida como anarquistas e revolucionárixs, pode constituir-se como mais uma trincheira de combate, entendendo obviamente que esta forma de encarar a prisão estará sempre condicionada pelas limitações e restrições que lhe são inerentes a esses muros e grades.

Nessa perspectiva, durante os três anos de prisão após a sua última detenção, Mónica e Francisco transformaram a realidade prisional que têm de viver num novo contexto de luta. Como anarquistas, colocaram-se numa tensão constante contra a máquina prisional e os seus carcereiros. Elxs têm buscado se posicionar a partir de um lugar próprio e refratário. Mais do que buscar se diferenciar do restante da população carcerária, isso está relacionado a localizar-se e tornar-se visível a partir da continuidade de uma trajetória de luta anarquista.

Sem dúvida, a rebelião contra os abusos da vida cotidiana na prisão tem sido uma constante inevitável para ambxs xs companheirxs, o que é parte ou extensão da sua definição e práxis política. Mas sobretudo, para elxs, a afir-

mação de que a prisão deve tornar-se mais uma trincheira de confronto adquiriu sentido e consistência na busca constante de um vínculo ativo com ambientes de solidariedade anárquica, sempre a partir da horizontalidade e da sintonia insurrecional, que se traduziu principalmente na contribuição que têm dado às reflexões e debates no mundo anarquista, ambxs baseados na análise de contexto e propostas de ação. Isso sem falar nas suas constantes palavras de solidariedade e apoio a diferentes iniciativas ou a outrxs companheirxs em luta, próximos ou de outros territórios.

Neste sentido, é fundamental mencionar os comunicados que escreveram neste período, conjunta ou individualmente, que além de serem um insumo para o debate e para a anarquia de ação, são também canais de comunicação que permitem vincular reflexões e propostas de diferentes companheirxs e em diferentes realidades territoriais de luta. Da mesma forma, suas contribuições para diversas publicações anarquistas têm sido fundamentais, como notas introdutórias a livros ou artigos para jornais e revistas. Entre elas podemos citar as suas cartas anticarcerárias que alimentaram o jornal anárquico “Tinta de Fuga” e a colaboração constante que Francisco teve, tanto antes como durante a sua prisão, com a revista anarquista internacional “Kalinov Most”, publicada em vários países e idiomas.

A vivência na prisão como prolongamento da coerência na prática anárquica, no caso de Mónica e Francisco, reflete-se também na cumplicidade e articulação que têm gerado com outrxs presxs que se encontram na prisão a partir de uma posição antiautoritária, subversiva e refratária. A partir deste lugar devemos compreender, por exemplo, a participação de ambxs em um grupo de companheirxs presos chamadx “prisoneiros anarquistas e subversivxs”, com xs quais geraram uma estratégia política para enfrentar a prisão coletivamente com base em códigos e trajetórias comuns. A partir de tal articulação, foi elaborada uma série de declarações conjuntas e em grupo realizaram uma greve de fome que começou em 22 de março de 2021, com duração de mais de 50 dias, exigindo a revogação das modificações ao Decreto-Lei 321 e a liberdade de Marcelo Villarroel. A solidariedade, a

comunicação e a cumplicidade de ambxs com prisioneirxs da guerra social materializaram-se igualmente com outras pessoas de ideias semelhantes que se encontram atualmente na prisão, como xs companheirxs do “Caso Susarón” ou do “Caso Gendarmeria”.

O fato de neste período de confinamento ambxs terem transformado a prisão numa nova arena de luta responde a uma longa história de prisão política e subversiva que a partir de diferentes contextos históricos e de diferentes táticas e realidades tem sido inerente à realidade e à luta no interior das prisões deste território. Sem dúvida que o cenário atual tem peculiaridades, mas é neste contexto que Mónica e Francisco decidiram enfrentar a prisão de modo altivo e ativo; como anarquistas e consequentes.

“DIAS DIFÍCEIS SE APROXIMAM E AS PERSPECTIVAS FUTURAS SÃO COMPLEXAS. ESTAREMOS MAIS UMA VEZ NO BANCO DXS ACUSADXS POR ATOS QUE NOS SÃO IMPUTADOS E PELA PROPAGAÇÃO DO CONJUNTO DE IDEIAS E PRÁTICAS ANTAGÔNICAS À DOMINAÇÃO QUE SEMPRE APOIAMOS, POR MAIS ANOS DE PENA QUE ARRISQUEMOS. (...) TEMOS ORGULHO DO CAMINHO ESCOLHIDO E PERCORRIDO, SEM DEIXAR DE LADO A ESSENCIAL AUTOCRÍTICA QUE NOS PERMITE CRESCER. QUE OS NOSSOS ERROS SIRVAM A OUTRXS QUE SÃO APAIXONADOS E AMAM OS BELOS MOMENTOS DO CONFRONTO CONTRA O PODER QUE PARA NÓS É ONDE NOS SENTIMOS MAIS VIVXS”.

**(TRECHO DAS PALAVRAS DE MÔNICA E FRANCISCO
“FRENTE AO JULGAMENTO QUE SE APROXIMA”, ABRIL DE 2023).**

FALANDO NOVAMENTE DE SOLIDARIEDADE

Perante o julgamento dos companheiros Mónica e Francisco, torna-se natural e imperativo falar de solidariedade. Em grande medida, esta publicação viu a luz do dia e foi inspirada precisamente numa campanha de solidariedade com elxs. Sem dúvida, a solidariedade não deixou de ser um tema recorrente quando falamos de companheirxs na prisão.

Em inúmeras ocasiões apelamos, chamamos e agitamos a partir e pela solidariedade. Também muitas vezes voltamos ao mesmo ponto em slogans e frases para encerrar textos ou debates.

Nesta ocasião voltamos a olhar para o conceito, talvez sem esperar necessariamente uma nova abordagem, mas consideramos essencial traçar algumas linhas sobre a solidariedade, porque é precisamente nesta dimensão que os caminhos se cruzaram em mais de uma ocasião. Com elxs atrás das grades, e também fora delas, demonstrando solidariedade com outrxs companheirxs na prisão. Repetir as críticas à vitimização? Rejeitar doações novamente? Culpar aquelxs que não se envolvem? Poderiam ser algumas formas de lidar com o assunto com maior ou menor sucesso. Mas desta vez queremos expor e coletivizar alguns pontos que surgiram do caso específico e como foram tratados.

Neste momento, a Promotoria organiza os seus papéis, acumula as suas acusações e lubrifica as engrenagens da justiça. Penas excepcionais serão novamente solicitadas para enterrá-lxs nas prisões. É a terceira vez que enfrentam o sistema judicial e um pedido de 130 anos mostra abertamente a disposição do poder: quantas vidas terão de viver para realizar os sonhos dos perseguidores?

Assim que xs companheirxs foram identificadxs e detidxs, as autoridades lançaram as suas cartas e deixaram muito explicito a sua disposição. De nossa parte? As reações têm sido diferentes (se é que existiram): “Não há muito

o que fazer, a sentença já está escrita”, “precisam urgentemente de bons advogados”, “mas se foram elxs, não há como defendê-lxs” ou “resta apenas acrescentar os seus nomes à lista de presxs aos quais devemos nos solidarizar”, são apenas algumas das posições defendidas com maior ou menor convicção. Para ser sincerx, não é estranho que um sentimento de impotência ou mesmo de frustração permeie qualquer conversa sobre este caso. “A terceira vez é o encanto”, dirão outros. Talvez depois de um lampejo de raiva ou ódio repentino, o assunto se fixe naquela certeza desastrosa de que não há muito mais que possa ser feito.

Perante esta realidade, a solidariedade vagueia e parece ser um conceito útil, talvez a nossa possibilidade de sair do impasse, retomando a iniciativa e não ficarmos sentadxs à espera de golpes. Mas a partir de onde se entende a solidariedade, como podemos vê-la e que utilidade pode ter na prática? A solidariedade claramente não única e exclusivamente uma característica dos ambientes anarquistas. Ao longo da história, diferentes grupos e setores subversivos tomaram a questão pelas suas próprias mãos e deixaram a sua própria marca.

Numa breve revisão de algumas posições certamente paradigmáticas sobre o tema, podemos observar as posturas da *Action Directe*. De 1977 a 1987, um grupo armado proveniente do *autonomismo* realizou uma série de ações contra o Estado-Capital francês. O Estado respondeu prendendo um grande número de membrxs, incluindo Jean-Marc Rouillan, Nathalie Méni-gon e Georges Cipriani, que foram condenadxs à prisão perpétua num brutal confinamento solitário.

Embora o grupo estivesse em operação durante a década de 1980, elxs mantiveram uma posição particular em relação à solidariedade. A melhor forma de acompanhar nossxs companheirxs de prisão é continuar e aprofundar a sua luta. “A sociedade nos fornecerá assistentes sociais e padres, xs revolucionárixs devem cuidar de outras coisas”.¹⁰ Apontaram uma crítica

10 Revista Kalinov Most N°1, Outubro de 2017.

explícita à dinâmica repressão-solidariedade para alocar energias e forças no aprofundamento da luta armada.

Em outro campo, encontramos a RAF (*Rote Armee Fraktion*), um grupo guerrilheiro alemão com uma tendência bastante próxima do Maoísmo que dedicou grandes esforços ao resgate dxs prisioneirxs da primeira geração. As ações mais importantes e grande parte de sua energia foram destinadas a tirar da prisão membrxs fundadorxs, que enfrentaram a dureza de um isolamento de extermínio que acabou por matá-lxs. A dinâmica crescente do conflito e da guerra social durante o início dos anos setenta na Alemanha colocou xs prisioneirxs num lugar importante, que em primeira pessoa levavam à sua agudização por meio de greves de fome e da coordenação com um exterior que colocava a sua libertação como a principal prioridade.

Colocando a ênfase em outro lugar, encontramos a reflexão do anarquista Harold H Thompson nas prisões dos EUA, que tomou corpo em uma frase icônica: “Um movimento que esquece de suas pessoas presas está condenado à derrota”. Muito menos esperançoso de uma possível vitória e desde uma tendência niilista, Gerasimo Tsakalos, membro da Conspiração das Células de Fogo, destacou das prisões gregas: “Quem esquece os cativxs da guerra, acaba esquecendo a própria guerra”, o que teve sua adaptação na revolta chilena com “Quem esquece xs presxs esquece a luta”. Com todas as suas nuances, o significado é o mesmo: a realidade da prisão está intimamente ligada à realidade da luta nas ruas, e uma forma inalienável de continuar a luta é apoiando xs companheirxs que se encontram na prisão.

Aqui não se trata de assumir uma ou outra posição de forma exclusiva, mas de abrir e dar continuidade às questões sobre: Quais relação geramos com (ou a partir) das prisões? Diante disso, é preciso enfrentar uma realidade inquestionável: a prisão e sua dinâmica perpetuam formas assistenciais. A partir da prisão, o maior apoio à sobrevivência encontra-se nas redes externas de diferentes níveis (material, emocional e político, apenas para citar alguns). Encomendas, roupas, dinheiro, visitas, são elementos geridos de

desde fora. A prisão não pune apenas xs encarceradxs, mas também quem xs rodeia, e o caso de presxs anarquistas e subversivxs não é exceção.

Conhecer essa realidade, manter a solidariedade concreta interna e ao mesmo tempo evitar esmolos torna-se uma grande jornada. Se somarmos a isso as possíveis despesas judiciais, a questão torna-se uma necessidade econômica contínua que poderia facilmente anular todas as iniciativas e sufocar qualquer perspectiva revolucionária.

Desenvolver uma solidariedade anárquica não está apenas relacionado com a adição de mais um adjetivo à palavra, mas com a construção da sua própria definição. Práticas como a horizontalidade, a afinidade e a informalidade precisam ser transferidas para a dinâmica da solidariedade, tanto a partir do apoio a presxs, como a partir de perspectivas ofensivas.

As campanhas de solidariedade em busca de apoio parecem estabelecer um dilema onde a única forma de envolvimento é através da adesão ou da indiferença. Superar o papel de espectadorxs passivxs ou ativxs é o desafio, a fim de assumir coletivamente a realidade da prisão para incorporá-la ativamente na luta, e não como retaguarda ou culpabilidade. Não podemos contribuir para rotular a pessoa presa nesse papel imposto pelo poder, como se ela pudesse apenas falar/agir/propor questões intraprisionais.

Dentro desse mesmo desafio, colocamos a abertura de espaços de discussão entre os dois lados do muro. As discussões, reflexões e participação em iniciativas conseguiram destruir os papéis de espectadorxs ou sujeitos à espera de receber solidariedade. A gestão e construção de propostas entre presxs ou entre presxs e o meio exterior, vão além do combate à prisão como horizonte único, conferindo-lhe projeção revolucionária. A prisão torna-se um território – circunstancial – a partir do qual se pode participar. A solidariedade anárquica sabe derrubar mitos, monumentos ou ídolos, estabelecendo na prática que a prisão não é o fim de um caminho de luta, é a sua continuação, mas também se distancia do sacrifício como valor. Transformar a prisão num outro cenário de luta onde as experiências fluem dos dois lados

do muro, nos fala de elos de retroalimentação onde o exterior conhece o ritmo da prisão e o ritmo da rua não se perde em quem está dentro.

Compreender os ataques judiciais, os julgamentos e as sentenças da mesma forma que se entendem as ofensivas de poder nas ruas, nos obriga a superar qualquer indício de resignação e a explorar todas as possibilidades para transformá-los em momentos e ciclos de escalada do conflito. Transmitir experiências e apelar à ação nos permite retomar a iniciativa ao nosso lado e fortalecer as nossas posições.

SOBRE A NECESSIDADE E VIGÊNCIA DE UMA PRÁXIS INSURRECIONALISTA ANÁRQUICA

Para além das implicações e discussões jurídicas que farão parte do julgamento que Francisco e Mónica enfrentarão a partir de 18 de julho e sem deixar de estarmos atentxs aos resultados deste processo, pois sabemos que se buscarão condenações exemplares com penas pesadas de anos de prisão, é também um momento determinante para que a partir da nossa posição política e combativa como anarquistas abordemos uma reflexão necessária sobre a prática antiautoritária ofensiva e insurrecional, uma reflexão que deve ser situada e concretizada no contexto de uma guerra social em curso.

Os fatos pelos quais serão processadxs e julgadxs – que de forma concreta poderíamos definir como ataques aos poderosos e repressores – devem ser considerados como ações que fazem parte de uma longa história de anarquismo ofensivo, que em diferentes momentos históricos e em diferentes cenários e territórios, mostrou que diante do monopólio da violência do Estado e em resposta à realidade sufocante de uma ordem social erguida pelos opressores e pelos donos deste mundo, o uso da violência política é e irá sempre absolutamente legítimo e necessário.

A partir desta coragem e lucidez, diferentes vontades revolucionárias anarquistas – tanto da iniciativa insurgente individual como da articulação ofensiva baseada na afinidade – escreveram com pólvora e fogo o registro de uma história de confronto com o existente onde a marca negra anarquista foi carimbada.

Só para citar algumas ações: o ataque de Gaetano Bresci que tirou a vida do rei Umberto I da Itália com um tiro em 1900; o assassinato do presidente dos EUA em 1901 pelo anarquista polonês Leon Czolgosz; ou em tempos mais recentes uma série de sabotagens explosivas e incendiárias na luta contra o Trem de Alta Velocidade no norte da Itália e os 3 tiros na perna que Alfredo Cospito disparou com precisão contra o empresário nuclear Rodolfo Adinolfi. Esses são testemunhos e relatos da mesma trajetória anarquista de histórico ofensivo, que deve sempre agregar e qualificar as ações de amanhã.

Falar de insurrecionalismo anárquico implica também abordar as críticas que cercam esta perspectiva de ação. Em muitas ocasiões, as mais frequentes e virulentas provêm do próprio mundo anarquista, entendendo que a riqueza e a particularidade do anarquismo reside precisamente no fato de não ser construído a partir de princípios ortodoxos e quadros dogmáticos rígidos; no fato de ter permitido o encontro (e desacordo) entre diferentes perspectivas e táticas antiautoritárias. Antes de abordar estas críticas, é necessário esclarecer alguns aspectos essenciais do insurrecionalismo.

Pode parecer óbvio, mas nem por isso deixa de ser importante mencionar, o fato de que a ideia e o apelo à insurreição não são exclusivos do anarquismo. Diferentes tendências revolucionárias de esquerda – marxistas, leninistas, maoistas – defenderam uma revolta insurrecional como um prelúdio necessário para alcançar o socialismo. Da mesma forma, a insurreição, entendida como levantamento popular, esteve presente na história da luta social, como aconteceu, por exemplo, na Comuna de Paris.

A incorporação deste conceito pelo anarquismo tem a ver com uma proposta de ação revolucionária anarquista; uma tendência insurrecional que se

baseia na informalidade e na afinidade, e onde o ataque e a violência revolucionária têm um papel preponderante, mas não exclusivo.

Dentro desta continuidade da prática ofensiva na história do anarquismo mencionada nos parágrafos anteriores, o insurrecionalismo deve ser entendido como uma reconceitualização tática bastante contemporânea, mas que está intimamente ligada a outros momentos de propostas e definições do exercício da violência anárquica. Propaganda pelo fato, anarco-individualismo, ilegalismo e anarquismo anti-organizacional são algumas das experiências e perspectivas que alimentam todas as práticas insurrecionalistas.

Embora seja verdade que este conceito dentro do anarquismo começou a ser cunhado na Itália na década de 80 a partir das reflexões estratégicas de uma série de companheirxs daqueles anos, entre xs quais o mais identificado com esta proposta é Alfredo Bonanno, também é verdade que atualmente esta tendência transcende e vai além dessa abordagem inicial, pois há também um anarquismo combativo que tem feito uma crítica prática e tática à delimitação dos ataques exclusivamente no quadro das “lutas intermediárias”, bem como é colocada por Bonanno¹¹, ampliando assim o significado e as possibilidades das ações.

Para além de qualquer adjetivo, devemos destacar o lugar que o conflito ofensivo baseado em grupos informais e de afinidade segue ocupando dentro do anarquismo, entendendo que para além dos discursos teleológicos revolucionários, o anarquismo de ação continua a ser uma contribuição per-

11 Depois da experiência dos “anos de chumbo” na Itália dos anos 70 e dada a necessidade de revitalizar as práticas revolucionárias anarquistas, nos anos 80 a proposta começou a tomar forma de um “Anarquismo Insurrecional” por companheirxs italianxs entre quem podemos citar Bonanno e Constantino Cavalleri. Um dos aspectos centrais desta proposta de ação anarquista, além da informalidade baseada em grupos de afinidade, foi a busca pela incidência anárquica nas “lutas intermediárias”, ou seja, levando ações e ataques anarquistas a conflitos sociais específicos. Um exemplo prático emblemático desta tática foi a presença anarquista na luta contra a construção do Trem de Alta Velocidade no Vale Susa, no norte da Itália.

manente na luta contra um sistema de dominação, sublinhando inequivocamente no aqui e agora o cenário deplorável do que existe.

Uma proposta de ação como a insurrecional, de rompimento com as ideias ultrapassadas de construção de um processo revolucionário baseado num programa estratégico que deve necessariamente se basear em estruturas organizacionais – circunscritas exclusivamente na luta de classes e orientadas para a construção de um “poder popular” – gerou muitos anticorpos e, portanto, críticas ácidas por parte de quem não consegue assimilar uma proposta revolucionária inovadora baseada na complexidade do significado de se levantar radicalmente contra o poder e o autoritarismo, onde a liberdade individual continua a ser axiomática sobre as máquinas organizacionais.



Entre quem faz essa crítica podemos mencionar aqueles que tentaram rotular o insurrecionalismo como uma “ideologia”¹², responsabilizando-o por ser um obstáculo à reconstrução do movimento proletário revolucionário. Acreditamos que nestes breves parágrafos ficou evidente por que o epíteto de ideologia não tem lugar. No quadro de uma prática histórica

do anarquismo, o insurrecionalismo vem catalisar uma tática que resgata a organização informal e livre entre as pessoas com base na sua afinidade e que orienta sua ação revolucionária com base nas suas realidades e possibilidades particulares.

12 Podemos encontrar isso, por exemplo, no livro “Crítica da Ideologia Insurrecional” publicado em 2012 e assinado por “Proletários Internacionalistas”.

É frequente ver como a partir do caminho do anarquismo que desafia constantemente a construção de uma organização forte (pela urgência de se inserirem nas massas através de estratégias baseadas num programa único e unificador), as tendências insurrecionais antiautoritárias são desqualificadas, sendo referidas como respostas meramente voluntárias, motivadas por uma lógica de autossatisfação e carentes de uma proposta concreta em termos estratégicos. Olhando para o presente e também a partir de uma análise diacrônica, vemos que, sobretudo, a militância autossuficiente no anarquismo se encontra justamente naquelas que caminham cegamente em direção a um projeto de sociedade anarquista por um caminho programático, já que percorrem quase mecanicamente e devotamente... para um horizonte que não permite encarar o presente de forma categórica.

Violência estrutural; devastação capitalista; o patriarcado; a opressão do autoritarismo e as desigualdades sociais fazem parte de um cotidiano que devemos enfrentar. Responder a esta realidade a partir do conflito e da ofensiva anárquica torna-se um imperativo que, longe de qualquer voluntarismo, é uma proposta de ação que reivindica um aqui e agora sob a certeza de que, acima dos efeitos estratégicos de longo prazo, são golpes no presente e geram fissuras necessárias para o amanhã.

É a partir deste lugar onde se afirma com convicção e certeza que os golpes e ataques contra os poderosos e repressivos são absolutamente legítimos e necessários; que as tendências insurrecionais no anarquismo são e têm sido uma parte constitutiva do movimento desde seu surgimento, e por isso abraçamos e apoiamos fortemente Mónica e Francisco, pois as suas trajetórias e as suas ações fazem parte de um todo anárquico absolutamente atual.

PALAVRAS DESDE A PRISÃO

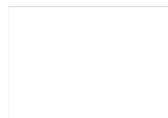
“Hoje o poder se veste de acordo com a moda, assume o traje feminista e da dissidência sexual. (...) Os poderosos podem tomar essas ou outras roupas para se perpetuarem no poder, assim como podem levantar diferentes iniciativas para melhorar as condições de vida de mulheres e dissidentes sexuais, mas o exercício de poder e a dominação estatal não acabarão. As mudanças na forma como os poderosos ‘humanizam’ a submissão ou criam um aparelho repressor mais suave (...) não devem fazer parte das lutas de quem realmente quer a destruição radical de todas as formas de opressão. Para algo mudar radicalmente, todes, todas e todos nós temos de agir sem delegadxs, intermediárixs ou esperas. Hoje estão saindo às ruas aqueles que não ficam esperando que outrxs quebrem suas correntes, quem aqui e agora quer destruir o patriarcado.”

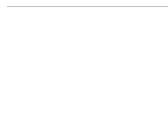
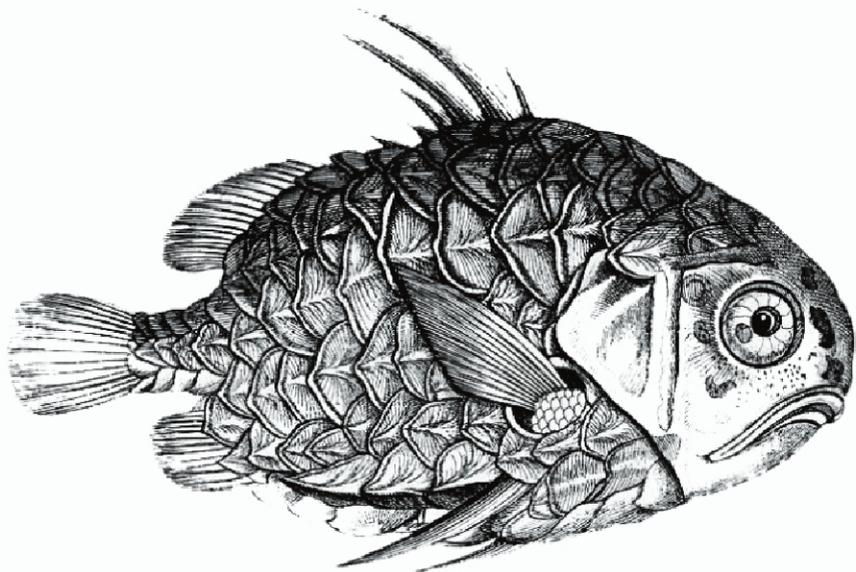
(Trechos do comunicado de Mónica intitulado “A luta contra o Estado é parte da luta contra o patriarcado”, março 2022).

“Como conseguir momentos de liberdade, mesmo que sejam breves e esporádicos? Quais são aqueles momentos em que sentimos que o que nos limita e nos restringe perde peso e sentido? As respostas podem ser múltiplas dependendo dos interesses de cada umx, da forma como se entende e se situa neste mundo. Talvez algumas pessoas já se sintam à vontade e essas questões sejam supérfluas, desnecessárias, pois estariam alheias aos tentáculos do poder. Quem não tem este tipo de devaneio sabe que a mera existência do Estado nos coloca numa situação de opressão, situação que deve ser combatida e atacada se a liberdade estiver no horizonte. Não pode ser de outra forma. E é nessa opção de ataque que encontramos verdadeiros momentos de liberdade. Desde que decidimos enfrentar este mundo e nos posicionar como inimixs, começamos a olhar para o nosso ambiente de forma diferente, começamos a visualizar os objetivos e seus pontos vulneráveis, começamos a ver a melhor forma de atingir o poder. Começamos a nos posicionar no ataque. Em suma, começamos a nos apropriar de alguma forma da nossa vida! É na geração da cumplicidade, na conspiração e na ação que vamos retirando elos das nossas correntes, estamos vivenciando, mesmo que passageiros, pequenos momentos de liberdade.”

(Trecho de comunicado de Francisco difundido um mês após sua prisão, agosto de 2020).

**LIBERDADE PARA MÓNICA, FRANCISCO E
TODXS XS PRESXS DA GUERRA SOCIAL!**





“NOS SENTIMOS PARTE DE UM LONGO CAMINHO DE LUTA CONTRA A DOMINAÇÃO, UM CAMINHO HISTÓRICO QUE MUDA A PARTIR DOS DIFERENTES CENÁRIOS DE CONFLITO. HÁ MUITOS ANOS DECIDIMOS TRANSITAR PELOS NEGADORES CAMINHOS DA ANARQUIA, ENTENDENDO-A COMO UMA TENSÃO CONSTANTE QUE NA SUA DIALÉTICA CONSTRUTIVA/DESTRUTIVA NÃO É CONSIDERADA COMO UMA VERDADE ABSOLUTA OU COMO UM LUGAR DE CHEGADA. A NOSSA VIDA NÃO ESTÁ DISSOCIADA DA NOSSA ENORME VONTADE DE QUERER VIVER DA FORMA MAIS COERENTE COM AS NOSSAS IDEIAS, ASSUMIMOS ISSO COM TODAS AS CONTRADIÇÕES QUE ISSO ACARRETA, BEM COMO AS SUAS CONSEQUÊNCIAS. NESTAS PALAVRAS NOS INTERESSA MAIS UMA VEZ EXALTAR E ENCORAJAR O ATAQUE A CADA EXPRESSÃO DO PODER. SOMOS ENFÁTICXS AO AFIRMAR QUE ENTENDEMOS OS ATOS DE VINGANÇA E SABOTAGEM COMO UMA NECESSIDADE URGENTE, CUJA MULTIPLICAÇÃO E PROPAGAÇÃO FORTALECEM INEGAVELMENTE ESPAÇOS E POSIÇÕES ANÁRQUICAS DE COMBATE. ACREDITAMOS QUE A APOSTA DEVE NECESSARIAMENTE PASSAR PELA QUALIFICAÇÃO DO CONFLITO, POR SAIR DOS ESPAÇOS DE CONFORTO PARA AMPLIAR PERSPECTIVAS E GOLPEAR ONDE MAIS DÓI. (...) TODO ATAQUE AO PODER DESDE UMA PERSPECTIVA ANTIAUTORITÁRIA É VÁLIDO PARA NÓS.”

**(TRECHO DAS PALAVRAS DE MÓNICA CABALLERO E FRANCISCO SOLAR
APÓS DOIS ANOS DE PRISÃO, JULHO DE 2022)**